

-----ATA N.º 5/2020 -----

-----Aos dezoito dias, do mês de dezembro, do ano dois mil e vinte, pelas vinte horas, no Centro Cultural de Celorico da Beira, reuniu Ordinariamente a Assembleia Municipal, sob a presidência da Senhora Presidente da Assembleia Municipal, Denise do Nascimento Fragona. -----

-----Verificada a existência de quórum para funcionamento da Assembleia Municipal, a Senhora Presidente da Mesa, secretariada pela Senhora Deputada Maria Antónia Melo e Sá Lucas da Silva e pelo Senhor Deputado, Augusto Miguel Almeida do Espírito Santo, na qualidade de primeira e segundo secretários, respetivamente, declarou aberta a sessão. -----

-----Começou por intervir a Senhora **Presidente da Mesa da Assembleia** que, após cumprimentar todos os presentes, informou que o Senhor Deputado Joaquim de Almeida comunicou a sua ausência pelo período compreendido entre os dias dez e trinta e um de dezembro, solicitando a sua substituição, por via correio eletrónico, datada de nove de dezembro de dois mil e vinte, com registo de entrada número setenta e nove. Assim, nos termos da Lei, foi convocado a estar presente, o membro seguinte da lista do PSD, o Senhor Júlio Rodrigues Vasco. -----

-----Continuou dando conhecimento de que, a Senhora Deputada Maria Angelina Dias comunicou a sua ausência pelo período compreendido entre os dias dezasseis e trinta e um de dezembro, solicitando a sua substituição por via correio eletrónico, datada de quinze de dezembro de dois mil e vinte, com registo de entrada número oitenta e três. Foi, então, nos termos da Lei, convocado a estar presente, o membro seguinte da lista do PS, o Senhor António dos Santos. -----

-----Mais informou que, também, a Senhora Deputada Ana Isabel Janelas participou que iria estar ausente pelo período compreendido entre os dias dezassete e vinte e um de dezembro, solicitando a sua substituição por via correio eletrónico, datado de dezasseis de dezembro de dois mil e vinte,

com registo de entrada número oitenta e quatro. Nesse sentido, e nos termos da Lei, foi convocado o membro seguinte da lista do PS, a Senhora Ana Cláudia Rodrigues Marques, a estar presente. -----

-----Por fim, informou que, o Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Fornotelheiro, João Paulo Pinheiro Machado, se faz representar pela sua Secretária Susana Fátima Loio Almeida, o Senhor Presidente da União de Freguesias de Celorico da Beira, José Rocha Gonçalves, se faz representar pela sua Secretária Sara Margarida da Fonseca Cabral e o Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Linhares da Beira, Luís Bernardo Pina Mimoso, se faz representar pelo seu Secretário Fernando Cardoso Gonçalves.-----

-----**Efetuada a chamada compareceram a esta sessão os seguintes membros:** -----

-----Ana Cláudia Rodrigues Marques, em substituição da Senhora Ana Isabel Lucas Cabral Janelas; -----

-----Joaquim Lopes de Abreu; -----

-----Olga Maria Pereira Marques; -----

-----Augusto Miguel Almeida do Espírito Santo; -----

-----Albino Freire Bárbara; -----

-----Maria Antónia Melo e Sá Lucas da Silva; -----

-----José António Rodrigues de Sousa; -----

-----Alexandra Raquel da Fonseca Monteiro; -----

-----José Manuel Monteiro Antunes; -----

-----António Carlos Pires Diogo; -----

-----Jónatas da Fonseca Farias Rodrigues; -----

-----Cláudia Maria Geraldês Aguiar; -----

-----Flávio Manuel Granjal de Sá; -----

-----Helena Susana Cardoso Belo; -----

-----António dos Santos, em substituição da Senhora Maria Angelina Veloso Marques Dias; -----

-----Júlio Rodrigues Vasco, em substituição do Senhor Joaquim de Almeida; -----
-----Armando Augusto, Presidente da Junta de Freguesia do Baraçal; -----
-----Davide Lopes Pereira, Presidente da Junta de Freguesia da Carrapichana; -----
-----António Fernando de Jesus Pinto, Presidente da Junta de Freguesia de Casas do Soeiro; -----
-----Susana Fátima Loio Almeida, Secretária da Junta de Freguesia do Fornotelheiro, em representação do Senhor João Paulo Pinheiro Machado; -
-----Rui Filipe da Fonseca Ascensão, Presidente da Junta de Freguesia de Lageosa do Mondego; -----
-----Fernando Cardoso Gonçalves, Secretário da Junta de Freguesia de Linhares da Beira, em representação do Senhor Luís Bernardo Pina Mimoso; -----
-----André Diogo de Jesus Correia, Presidente da Junta de Freguesia de Maçal do Chão; -----
-----António Joaquim Fernandes Gomes, Presidente da Junta de Freguesia da Mesquitela; -----
-----José Francisco Gomes, Presidente da Junta de Freguesia de Minhocal; -----
-----João Carlos Ferreira dos Santos, Presidente da Junta de Freguesia de Prados; -----
-----Susana Maria Dias Cabral Figueiredo, Presidente da Junta de Freguesia da Ratoeira; -----
-----Filipe Miguel Rosa Guerra, Presidente da Junta de Freguesia de Vale de Azares; -----
-----Rui Manuel Dias Bernardo, Presidente da União de Freguesias de Açores e Velosa; -----
-----António Carlos Nunes Gomes, Presidente da União de Freguesias de Cortiçô da Serra, Vide entre Vinhas e Salgueirais; -----

-----António da Fonseca Ascensão, Presidente da União de Freguesias de Rapa e Cadafaz; -----

-----Sara Margarida da Fonseca Cabral, Secretária da União de Freguesias de Celorico (São Pedro e Santa Maria) e Vila Boa do Mondego, em representação do Senhor José Rocha Gonçalves. -----

-----Estiveram presentes nesta sessão, o Senhor Presidente da Câmara Municipal, Carlos Manuel da Fonseca Ascensão e os Senhores Vereadores António Graça Silva, Bruno Alexandre Castro de Almeida e Júlio Manuel dos Santos. -----

-----**INTERVENÇÃO DO PÚBLICO**-----

-----A Senhora **Presidente da Mesa da Assembleia** começou por esclarecer que devido à situação pandémica que se vive no momento, não haverá, na presente Sessão da Assembleia Municipal, o “Período de Intervenção do Público”. No entanto, foi dada a possibilidade, a quem pretendesse intervir, de enviar por escrito algum assunto que desejasse ser discutido na referida Sessão, não tendo havido nenhuma intervenção. -----

-----**ANTES DA ORDEM DO DIA**-----

-----De acordo com o disposto no art.º 22.º, do Regimento da Assembleia Municipal, a Senhora Presidente procedeu à abertura de um período de antes da ordem do dia, destinado ao tratamento de assuntos gerais de interesse para o Município. -----

-----A Senhora **Presidente da Mesa da Assembleia** deu conhecimento dos assuntos e conclusões da Comissão Permanente, onde foram discutidos assuntos em geral e prepararam a presente Assembleia Municipal, nos termos do disposto no regimento. -----

-----Questionados os Senhores Deputados sobre a pretensão de intervir, foi dada a palavra ao Senhor **Deputado Albino Bárbara** para dizer que o Conselho de Ministros ao aprovar a redução do preço das portagens nas ex-SCUT e nas autoestradas do Interior em cinquenta por cento, a partir do mês de janeiro de dois mil e vinte e um, foi uma decisão que só pôde deixar os habitantes desta região bastante satisfeitos. Contudo, entende que esta é uma batalha ganha, mas não é uma vitória completa e, nesse sentido, apresentou uma Moção para ser aprovada e que, de seguida, se transcreve: -----

-----Moção:-----

-----“Segundo o princípio da coerência que defende que deviam ser extintas as portagens nas Ex-Scut’s. -----

-----Tendo em conta que em janeiro de dois mil e vinte e um o custo das portagens passarão para cinquenta por cento do seu atual valor, continuamos a defender que paulatinamente o custo para o utilizador/pagador deva sistematicamente ser revisto.-----

-----Assim, de forma sensata e responsável, é nosso entendimento que o Orçamento de Estado para dois mil e vinte e dois deverá inscrever uma nova redução em cinquenta por cento do valor de dois mil e vinte e um, propondo ainda que no Orçamento para dois mil e vinte e três fosse assumido a gratuitidade nas respetivas Ex-Scut’s. -----

-----Celorico da Beira, 18 de dezembro de 2020. -----

-----Pelo Grupo do PS na Assembleia Municipal” -----

-----De seguida, deu conhecimento de que na última sessão da Assembleia Municipal da Guarda foi aprovada uma moção para que os Julgados de Paz ficassem na cidade da Guarda. No entanto, é de opinião que cada Município deve reivindicar para si os Julgados de Paz e nesse sentido, sugere que o Senhor Presidente da Câmara, também apresente esta questão, em forma de moção na CIMBSE – Comunidade Intermunicipal das Beiras e Serra da Estrela. Isto, porque considera que Celorico da Beira quer com toda a certeza um Julgado de Paz. -----

-----De seguida apresentou uma recomendação para ser aprovada, com a intenção do Senhor Presidente da Câmara a levar à reunião da CIMBSE e que, de seguida se transcreve:-----

-----Recomendação:-----

-----“Não contestando de forma alguma a legitimidade da Assembleia Municipal da Capital de Distrito, em aprovar uma moção percebemos que todos os outros Concelhos gostariam de ter um Julgado de Paz que fosse instalado em qualquer um deles. Como não é possível, e dado que os Julgados de Paz constituem uma rede de tribunais de proximidade, instalados e que têm um funcionamento em estreita proximidade entre o Estado e os Municípios, e são vocacionados para a maximização da participação dos cidadãos em litígios e são caracterizados pela simplicidade, informalidade e economia processual onde é prestado um serviço público de justiça, de qualidade a preço considerado razoável, sendo estes tribunais competentes para resolver processos de natureza cível cujo montante não exceda os quinze mil euros. Os processos em matéria de direito família, sucessões, direito de trabalho são resolvidos de forma simples, demorando em média mais ou menos três meses e com custos bastante reduzidos, estando sujeitos ao pagamento de uma taxa de setenta euros repartido entre as partes e se houver acordo durante a mediação o valor pago é de cinquenta euros, podendo mesmo a taxa, excluindo o processo de mediação, ficar em vinte e cinco euros. Assim, nós pensamos que qualquer Concelho gostaria de contar com este serviço e que a justiça facilitaria a vida ao cidadão.”-----

-----Celorico da Beira, 18 de dezembro de 2020. -----

-----Pelo Grupo do PS na Assembleia Municipal” -----

-----Mais disse que, também, irá apresentar esta recomendação na próxima reunião da Assembleia Intermunicipal, que irá decorrer no próximo dia vinte e nove no TMG – Teatro Municipal da Guarda, na cidade da Guarda. -----

-----Dada a palavra ao Senhor **Presidente da Junta de Freguesia do Minhocal**, José Francisco Gomes, começou por agradecer ao Executivo Municipal, em particular ao Senhor Presidente da Câmara pelo esforço realizado na execução das obras no Minhocal, nomeadamente a Cozinha do Centro de Dia, a Ponte sobre a ribeira dos Tamanhos, lugar do Moinho, que desde mil novecentos e noventa e sete tinha problemas de segurança, e que, agora, finalmente a vê recuperada com um tabuleiro novo e reforçados os pilares de suporte. Ainda uma outra obra prometida no mandato anterior, é a Casa Mortuária do Minhocal que, se tudo correr como previsto, terá início em janeiro próximo. -----

-----De seguida, reportou-se à limpeza das bermas e dos caminhos rurais, sendo que, na última Assembleia Municipal, o Senhor Presidente da Junta de Freguesia do Baraçal referiu que a Junta de Freguesia do Minhocal mandou limpar as bermas, mas não mandou cortar as árvores. Posto isto, é de opinião que, o Senhor Presidente da Junta de Freguesia do Baraçal deveria informar-se melhor, dado que as árvores em questão estão localizadas numa estrada municipal, em propriedade privada e quem efetuou tal limpeza foram os serviços camarários, não tendo a Junta de Freguesia do Minhocal nada a ver com esta intervenção. Ainda relativamente às árvores, disse que o proprietário já havia sido informado, porém, deu conhecimento de que sendo ele uma pessoa doente, entretanto acabou por falecer, daí esse serviço não ter sido realizado. -----

-----Por fim, referiu-se às fossas sépticas que desde o ano de mil novecentos e noventa e sete se encontram com problemas, o que constitui uma grande preocupação tanto a nível do ambiente, como da saúde pública, não só para a população do Minhocal, como para todo o Concelho. Essa é uma obra que foi aprovada a dez de março de dois mil e dezassete, num valor total de sessenta e seis mil, setecentos e sessenta e oito euros e vinte cêntimos, com uma contribuição do Fundo de Coesão de cinquenta e seis mil, duzentos e doze euros e trinta e sete cêntimos que, contudo, nunca avançou apesar de todos os esforços junto da Câmara Municipal de

Celorico da Beira. Diante disso, já no atual mandato foi contactado pelo Senhor Vice-Presidente, António Silva, na tentativa de resolverem o problema do terreno para a construção das fossas, e nesse sentido, ainda marcaram duas reuniões com o Senhor Dr. João Rodrigues, às quais faltou. Algum tempo depois, a Técnica do Município responsável pela Secção de Águas, Eng.ª Hermínia, comunicou-lhe que já tinham um terreno para a obra, na quinta das 4 Quintas. No entanto, passados dois ou três meses o Senhor Presidente da Câmara telefonou-lhe a comunicar que o Senhor António José, gestor da quinta das 4 Quintas, não respondia aos *emails*, nem atendia as chamadas do Município. Posteriormente foi realizada uma reunião onde ficou com a ideia de que a situação ficara resolvida de vez. Porém, no passado mês de novembro, em conversa sobre tal assunto, o Senhor Lima garantiu-lhe que não pediu qualquer contrapartida em troca do terreno, como tem vindo a ser dito. Mais lhe comunicou que, quando numa reunião falaram na construção do muro em redor da quinta, terá sido o Senhor António José que o sugeriu. Lembrou ainda que na altura em que a Junta de Freguesia reparou alguns caminhos, também ele chegou a colaborar com os seus préstimos conduzindo um camião para deitar a brita e no dia em que não pode prestar esse serviço, pagou a um motorista para ocupar o seu lugar. -----

-----Concluiu dizendo que, perante o exposto, os Senhores Deputados devem tirar as suas ilações -----

-----O Senhor **Presidente da Câmara Municipal** cumprimentou todos os presentes. De seguida, em resposta e começando pelo assunto das fossas, considerando esse um assunto recorrente, comunicou que das doze ETAR's previstas para o Concelho, foram efetuadas onze. No que concerne à ETAR da Freguesia do Minhocal, a dificuldade adveio da inexistência de um espaço que obedecesse às regras do PDM - Plano Diretor Municipal e nesse sentido, uniram-se com a Junta de Freguesia local na tentativa de alcançarem soluções para a construção da mesma. Inicialmente, houve a

cedência de um terreno por parte do Senhor Dr. João Rodrigues que, posteriormente, recuou na sua decisão. De seguida, o Senhor Lima prontificou-se a solucionar o problema cedendo um terreno junto à ribeira, contudo, exigia algumas contrapartidas da parte do Município. Entretanto, o mesmo viajou para o Brasil acarretando algumas reservas na construção dessa ETAR, pois uma das exigências do Senhor António José, o representante do Senhor Lima, era a construção de um muro à volta da quinta que, para ser executado em tempo razoável, implicava custos elevados para a Autarquia. É certo que, o Município tinha todo o interesse em executar a ETAR. Acontece que, os prazos de construção, que já vinham do ano de dois mil e dezassete, já tinham sido prorrogados e, no caso do Minhocal, o que estava previsto numa fase inicial acabou por não se concretizar, uma vez que a candidatura ao POSEUR - Programa Operacional Sustentabilidade e Eficiência no Uso de Recursos, terminou em finais de dois mil e dezanove. -----

-----Informou ainda que, as fossas no Minhocal e na Rapa levaram ao levantamento de uma multa avultada por parte da Inspeção do Ambiente, sendo que, a construção das ETAR's foi a condição para não terem que pagar a coima. Face ao exposto, é um facto que a ETAR do Minhocal ainda não foi concretizada, mas não vai haver desistência, de tal modo que, já têm um novo projeto, para um novo espaço. No entanto, os custos terão de ser suportados pelo Município se entretanto não houver uma nova candidatura. -----

-----Relativamente à Ponte sobre a ribeira dos Tamanhos, era uma intervenção que já vinha a ser solicitada há já algum tempo. A este respeito, acrescentou que o Município solicitou alguns orçamentos para essa obra, mas foi entregue à empresa que apresentou o orçamento mais baixo. -----

-----Dada a palavra ao Senhor **Deputado Joaquim Abreu**, que tendo em conta as palavras do Senhor Presidente da Junta de Freguesia do Minhocal, congratulou saber que algumas obras têm sido feitas. No entanto,

têm de compreender que nem sempre é possível fazer tudo, se tiverem em mente as atuais dificuldades orçamentais.-----

-----De seguida, disse que é com agrado que vê decorrer as obras do saneamento básico, apesar de na Freguesia do Minhocal não ter corrido como esperavam. No entanto, acredita que, a Câmara Municipal tudo fez para que essa obra se concretizasse. Prosseguiu, dizendo que a atuação do Município parece que tem estado à altura do que são as suas possibilidades atuais, tendo boas iniciativas e isso constata-se pelas Piscinas Municipais, que finalmente já se encontram em obras e pela instalação da nova iluminação pública, sendo este o primeiro Concelho em Portugal com uma cobertura de sistema cem por cento inteligente, em todo o Concelho.-----

-----Relativamente à intervenção do Senhor Deputado Albino Bárbara e à moção apresentada, disse que a bancada do PSD só pode concordar com tudo o que possa ser benéfico para a região e para o Concelho de Celorico da Beira. Relembrou que, na última sessão da Assembleia Municipal, terá sido aprovada, por unanimidade, uma moção apresentada por uma entidade externa defensora da abolição das portagens. Sobre o mesmo assunto congratulou-se, com a aprovação da redução efetiva das portagens em cinquenta por cento, assim como reconheceu a perseverança e o mérito da bancada do PSD, no Parlamento, na pessoa do Senhor Deputado Carlos Peixoto, que levou o assunto à Assembleia da República e que conjuntamente com outros partidos fizeram com que se chegasse a esta decisão.-----

-----Dada a palavra ao Senhor **Presidente da Junta de Freguesia do Baraçal**, Armando Augusto, questionou o Senhor Presidente da Câmara Municipal relativamente à situação do PDM – Plano Diretor Municipal, uma vez que há três anos atrás a Junta de Freguesia ajudava a pagar a urbanização de um terreno no Baraçal, com um contributo no valor de vinte e cinco mil euros. Indagou, também, sobre a atual situação do terreno das

termas de Sto. António, bem como a casa que o Dr. Júlio Santos, enquanto Presidente da Câmara, adquiriu no Chiado, pois no Orçamento, na rubrica “rendas de edifícios”, não encontra refletida a renda desse espaço. Quis ainda saber como está a situação da passagem de nível do Baraçal, pois ao que lhe é dado saber o troço entre Mangualde e Guarda já foi adjudicado. Deu conhecimento que a Junta de Freguesia enviou uma carta ao Senhor Ministro das Infraestruturas, Pedro Santos, a manifestar o seu desagrado pela alternativa que foi aprovada e que a Junta de Freguesia nunca foi ouvida. Disse ainda que, também é do conhecimento público que a estação de Celorico da Beira-Gare vai ser remodelada e ao que parece vai ser com novas vias, questionando o Senhor Presidente da Câmara se tem conhecimento desta situação. -----

-----Sobre a intervenção do Senhor Presidente da Junta de Freguesia do Minhocal, referiu que ele, Armando Augusto, na qualidade de Presidente de Junta, nunca se imiscuiu nos assuntos da Junta de Freguesia do Minhocal. Disse sim, na última sessão da Assembleia Municipal, que junto às casas das Senhoras Rosa Cuca e Rosa Matias, na estrada entre o Baraçal e Carnicães havia árvores que prejudicavam o trânsito e que deveriam ser cortadas para que evitassem acidentes. Assim, como a Junta de Freguesia do Minhocal assinou o Protocolo com a Câmara Municipal, a Lei refere que nos casos em que os proprietários não procedam ao corte das árvores, a Junta de Freguesia ou a Câmara Municipal poderão fazê-lo. Adiantou que, a seu ver, e uma vez que a Junta de Freguesia do Baraçal não assinou o Protocolo, o serviço de limpeza do lado do nascente é competência da Câmara Municipal, do lado poente será da responsabilidade da Junta de Freguesia do Minhocal, já que assinou o referido Protocolo. Mais disse que, só assinará o referido Protocolo quando o Senhor Presidente da Câmara retirar a cláusula que refere que as Juntas de Freguesia terão a responsabilidade de limpar as vias até às Freguesias vizinhas. Recordou que, numa reunião no Salão Nobre do Município, o Senhor Presidente da Câmara disse que a Câmara facultava as máquinas para a limpeza dos

caminhos e estradas, acontece que isso não é mencionado no Protocolo. Desse modo, solicitou que essa referência conste no citado Protocolo. -----

-----Seguidamente dirigiu a palavra ao Senhor Presidente da União de Freguesias de Açores e Velosa, e referiu que na localidade de Aldeia Rica existem fossas a vazar para o rio Mondego, cujas águas vão para a barragem da Aguieira. Porém, ainda relativamente ao rio, só espera que os quatro mil euros que a Freguesia da Ratoeira e de Açores receberam, sejam suficientes para pagarem uma multa, por causa da poluição ambiental. -----

-----O Senhor **Presidente da Câmara Municipal**, relativamente ao PDM, esclareceu que, essa é uma situação que se arrasta há cerca de quinze anos e comunicou que, no próximo dia catorze de janeiro, irá realizar-se uma reunião na CCDRC – Comissão de Coordenação e Desenvolvimento da Região Centro, para a conclusão do processo. Quando surgiu um novo PDM, o prazo de validade para estar em vigor já tinha expirado, contudo, brevemente esse processo terá o seu fim. -----

-----Sobre o assunto dos terrenos nas termas de Sto. António, os mesmos continuam a ser património da Câmara Municipal. No entanto, há todo o empenho em colaborar, se algum investidor quiser usar o espaço para o funcionamento de uma estância termal. A respeito da loja do Chiado, essa, era pertença da Empresa Municipal e foi, há relativamente pouco tempo, que se regularizou a situação. Dessa forma, agora já é propriedade da Câmara Municipal e nesse sentido, se houver interesse por parte do Município em arrendar ou vender aquele espaço já o poderá fazer. -----

-----Disse ainda que, no que refere à passagem de nível no Baraçal, a responsabilidade é das Infraestruturas de Portugal, no entanto, a Câmara Municipal manifestou a sua opinião sobre as passagens de nível tanto do Baraçal, como de Celorico-Gare, porém a Câmara Municipal nunca mais foi consultada relativamente a esse processo. -----

-----No que respeita à limpeza das bermas e caminhos, esclareceu que houve um acordo com as Juntas de Freguesia, sendo que a maioria das estradas municipais foram limpas pela Câmara Municipal, com as máquinas e com os funcionários municipais. Por isso, as Juntas não fizeram muito mais do que o habitual, nem o Município se iria desmobilizar em ajudar as próprias Juntas de Freguesia. -----

-----Deu continuidade, respondendo à questão do rio Mondego, em que manifestou que essa é uma preocupação de todos, nomeadamente entre as localidades de Açores e Ratoeira e onde, já por várias vezes, a Delegação do Ambiente se deslocou ao local na recolha da água para análise. Informou que, há relativamente pouco tempo, o Prof. Carmona Rodrigues, especialista na área de hidráulica e recursos hídricos, se deslocou a Celorico da Beira, precisamente para analisar a realização de uma intervenção naquele local, uma vez que o Município tem interesse em resolver a situação. -----

-----De seguida, apresentou um voto de louvor, na pessoa de Presidente da Câmara Municipal, ao empresário Sr. João Pina, para ser aprovado e que, de seguida, se transcreve:-----

-----“O Senhor Presidente propôs um voto de louvor ao Sr. João Pina, empresário de sucesso luso-descendente, residente em França, natural dos Meios, Trinta, Concelho da Guarda, um homem de grande generosidade e de um altruísmo singular que pelo segundo ano agracia o nosso Concelho com a distribuição de mais de cinquenta cabazes com produtos alimentares referentes ao Natal, para os mais necessitados do nosso Concelho. -----

-----Este grande emigrante consegue agregar toda a nossa diáspora em torno do bem-estar de quem mais precisa. São milhares de cabazes distribuídos no distrito da Guarda, Viseu e em França, fornecidos gratuitamente.-----

-----São estes gestos de um Homem notável, com uma grandeza na alma que nos deixam particularmente sensibilizados e agradecidos.-----

-----Agradece-se toda a Diáspora e pessoas singulares que aderiram a esta corrente e se associaram à “Nova Era – Fundação Jean Pina” permitindo assim uma ceia mais condigna a quem mais carece.” -----

-----Para terminar, comunicou aos Senhores Presidentes de Junta de Freguesia que, quem tiver intenção de oferecer Cabazes de Natal a alguma instituição, o Solar do Queijo, com o intuito de escoar o seu produto e de ajudar os produtores de queijo do Concelho, cede os cabazes ao preço de custo. -----

-----Retomando a palavra, o Senhor **Presidente da Junta de Freguesia do Baraçal**, lembrou que, quanto à supressão da passagem de nível do Baraçal, em tempos, o Senhor Presidente da Câmara juntamente com os Senhores Vereadores António Silva e Bruno Almeida deslocaram-se ao local para verificarem a possibilidade de, com a anulação da passagem de nível, ficar um espaço mais largo junto ao apeadeiro, para que ali, o camião do lixo pudesse fazer manobras de inversão de marcha, assim como todos os outros, nomeadamente o dos bombeiros. No entanto, a situação não foi resolvida e fica ali uma rua tapada e onde habitam cerca de cinquenta munícipes. -----

-----Tomando a palavra, o Senhor **Presidente da Câmara Municipal** referiu que ainda não houve, até ao momento, nenhuma intervenção naquele local, por isso, o Senhor Presidente da Junta de Freguesia do Baraçal não pode fazer acusações. Contudo, existe uma obrigação por parte das Infraestruturas de Portugal para manter um acesso às habitações ali existentes. -----

-----O Senhor **Vereador Júlio Santos** pediu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara para se manifestar sobre assuntos relacionados com a Freguesia do Minhocal. -----

-----O Senhor **Presidente da Câmara Municipal** anuiu ao pedido do Senhor Vereador. -----

-----Tomando a palavra e fazendo referência à intervenção do Senhor Presidente da Junta do Minhocal, quando se refere à obra da Ponte sobre a ribeira dos Tamanhos, o Senhor **Vereador Júlio Santos** disse que, na altura em que foi Presidente da Câmara Municipal, muitas obras foram feitas na referida Freguesia, no entanto, o atual Presidente de Junta, quis lançar-lhe “uma seta”. Todavia, comunicou que, relativamente ao assunto da ETAR do Minhocal, já havia cortado relações pessoais com o Senhor Presidente de Câmara Municipal, Carlos Ascensão, numa anterior reunião de Executivo. -----

-----No uso da palavra, o Senhor **Presidente da União de Freguesias de Açores e Velosa**, Rui Bernardo, começou por dizer que desde sempre tem defendido os interesses da sua Freguesia. Pois bem, em virtude da intervenção do Senhor Presidente da Junta de Freguesia do Baraçal declarou que, provavelmente, a sua Freguesia foi a única que disponibilizou cinco mil euros para a compra dos terrenos com o destino da implementação das ETAR's e os cedeu temporariamente à Câmara Municipal. Em relação à localidade de Aldeia Rica foram construídas duas ETAR's, mas a morfologia da aldeia não permite que todas as habitações beneficiem do saneamento público. Na sua opinião, quem autorizou a construção dessas habitações, talvez não o devesse ter feito. -----

-----Terminadas as intervenções foram colocadas à votação a Moção e a Recomendação apresentadas pelo Grupo Parlamentar do PS e o Voto de Louvor apresentado pelo Senhor Presidente da Câmara, de acordo com o disposto no n.º 5, do art.º 22.º, do Regimento da Assembleia Municipal. -----

-----A Moção “Segundo o princípio da coerência que defende que deviam ser extintas as portagens nas Ex-Scut’s”, foi aprovada por unanimidade.-----

-----A Recomendação sobre os Julgados de Paz a ser apresentada pelo Senhor Presidente da Câmara Municipal na próxima reunião da CIMBSE, foi aprovada por maioria, com dois votos contra.-----

-----Declaração de voto da Senhora **Presidente da Assembleia Municipal**: -----

-----“Não me oponho a que o assunto seja abordado pelo Senhor Presidente da Câmara na CIMBSE, nem que queira informar-se melhor sobre o assunto. Mas sou contra a implementação em Celorico da Beira dos Julgados de Paz, uma vez que, já tendo o Tribunal Judicial, não há necessidade de trazer este serviço para o Concelho. Decisão que, aliás, poderá ditar o fim do Tribunal Judicial em Celorico da Beira, o que na realidade, não se quer.” -----

-----O Voto de Louvor ao Sr. João Pina foi aprovado por maioria, com três abstenções.-----

-----**ORDEM DO DIA**-----

-----Tendo sido aprovado um assunto em reunião de Câmara Municipal, posteriormente realizada à saída da convocatória para a presente sessão de Assembleia Municipal, e atenta a urgência do assunto e da sua aprovação até ao final do ano de dois mil e vinte, a Senhora **Presidente da Mesa da Assembleia** propôs que fosse incluído na Ordem de Trabalhos o seguinte ponto: -----

-----**PROPOSTA DE PARECER SOBRE A TRANSFERÊNCIA DE COMPETÊNCIAS PARA OS ÓRGÃOS MUNICIPAIS NO ANO DE 2021,**

**RELATIVO AO DECRETO-LEI Nº 21/2019, DE 30 DE JANEIRO, QUE
REGULA O DOMÍNIO DA EDUCAÇÃO -----**

-----Submetida a votação, a Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a inclusão do ponto Proposta de Parecer sobre a Transferência de Competências para os Órgãos Municipais no ano de 2021, relativo ao Decreto-Lei Nº 21/2019, de 30 de Janeiro, que regula o Domínio da Educação. -----

-----Passando o assunto a constar do Ponto dez da Ordem de Trabalhos. -----

-----**1. APROVAÇÃO DA ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA VINTE E CINCO DE SETEMBRO DE DOIS MIL E VINTE**-----

-----Foi presente a ata número três, referente à sessão ordinária do dia vinte e cinco, do mês de setembro, do ano de dois mil e vinte, cujo texto foi previamente distribuído por todos os membros, para retificação e posterior aprovação. -----

-----Dispensada a sua leitura e depois de feitas as devidas correções, foi a mesma aprovada por maioria, com quatro abstenções. -----

-----**2. APROVAÇÃO DA ATA DA SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DO DIA TREZE DE OUTUBRO DE DOIS MIL E VINTE** -----

-----Foi presente a ata número quatro, referente à sessão extraordinária do dia treze, do mês de outubro, do ano dois mil e vinte, cujo texto foi previamente distribuído por todos os membros, para retificação e posterior aprovação. -----

-----A Senhora **Presidente da Mesa da Assembleia** esclareceu que, dado que a sessão extraordinária da Assembleia Municipal, do dia treze de outubro de dois mil e vinte, ter sido convocada com o propósito da

realização das eleições para a CCDRC, não faz sentido que a referida ata seja presente à aprovação, o que se fez por lapso, e nessa perspetiva ficará, apenas, para conhecimento, o que colheu a unanimidade dos Senhores Deputados.-----

-----**3. RESUMO DO EXPEDIENTE PARA CONHECIMENTO DA ASSEMBLEIA**-----

-----O Senhor **Deputado Augusto Miguel Almeida do Espírito Santo**, segundo secretário da mesa da Assembleia, deu conhecimento do expediente da Assembleia Municipal, documento cuja cópia se anexa a esta ata (1), considerando-se integralmente reproduzido e que fica arquivado em pasta respeitante a esta reunião, que se encontra na secção de apoio aos órgãos municipais, para quem pretenda consultar.-----

-----**4. INFORMAÇÃO ESCRITA DO EX.MO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL, SOBRE A ATIVIDADE MUNICIPAL, BEM COMO, A SITUAÇÃO FINANCEIRA DO MUNICÍPIO**-----

-----Nos termos do disposto na alínea c), do n.º 2, do art.º 25.º, da Lei n.º 75/2013, de 12/9, o Senhor Presidente da Câmara deu conhecimento por escrito da atividade do Executivo, documento cuja cópia se anexa a esta ata (2), considerando-se integralmente reproduzido e que fica arquivado em pasta respeitante a esta sessão.-----

-----**5. 3ª REVISÃO AO ORÇAMENTO E GOP'S 2020**-----

-----Foi presente para aprovação, a 3.ª Revisão ao Orçamento e GOP's de 2020, documento cuja cópia se anexa a esta ata (3), considerando-se integralmente reproduzido e que fica arquivado em pasta respeitante a esta reunião.-----

-----Esteve presente nesta sessão, o Técnico responsável pela Secção de Contabilidade, Dr.º José Tavares para prestar os esclarecimentos necessários.-----

-----A Senhora Presidente da Mesa da Assembleia deu a palavra ao Senhor **Presidente da Câmara Municipal** para fazer uma breve explanação sobre o assunto, tendo começado por dizer que esta revisão ao orçamento vem da necessidade, à semelhança de anos anteriores, de ajustar o orçamento ao que está estipulado a nível de despesas e receitas. -

-----De seguida, disse ainda que houve, no orçamento de dois mil e vinte algumas obras que não foram concretizadas, designadamente a da Escola C+S. No entanto, ainda que a obra já estivesse aprovada, o Tribunal de Contas só deu o visto após a resolução da questão da propriedade do edifício da escola. Posto isto, com a situação resolvida, em janeiro próximo a obra da Escola C+S Sacadura Cabral será uma realidade. Assim, constata-se uma discrepância de valores de onze milhões e novecentos mil euros, para dez milhões e trezentos mil euros.-----

-----De seguida, deu a palavra ao Técnico, José Tavares, para fazer a apresentação mais técnica deste documento e prestar os esclarecimentos necessários.-----

-----O Técnico começou por esclarecer que esta Revisão ao Orçamento e GOP's de 2020 tem como objetivo ajustar o valor do orçamento do Município para um valor mais próximo da realidade, tendo em conta os projetos realmente executados em dois mil e vinte.-----

-----Este ajustamento é realizado na sua maioria nas despesas de capital que não tiveram execução, designadamente através da redução das dotações de diversas rubricas orçamentais cujos projetos não iniciaram até ao final do ano. Foram também acertados os valores dos anos seguintes das rubricas relativas aos projetos cofinanciados. A nível da receita é

igualmente feito um ajuste, através de diversas rubricas, sendo a maior parte abatida às receitas relativas a cofinanciamentos, visto que a maior parte dos projetos anulados na despesa, estimavam receita resultante de candidaturas. Acontece que, este ajuste implica uma redução ao orçamento de cerca de um milhão e seiscentos mil euros, que também permite apresentar uma execução orçamental mais próxima da realidade. Assim, o orçamento passará de onze milhões novecentos e trinta e seis mil, quatrocentos e quarenta e um euros e noventa e oito cêntimos, para dez milhões, trezentos e quinze mil, setecentos e vinte e um euros e noventa e oito cêntimos. -----

-----**Submetida a votação, a Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com dezoito votos a favor e doze abstenções, aprovar a 3.ª Revisão ao Orçamento e GOP's do ano de 2020.** -----

-----*A presente deliberação foi aprovada em minuta por unanimidade.* -----

-----**6. ADJUDICAÇÃO DE EMPRÉSTIMOS PARA SUBSTITUIÇÃO DE DÍVIDA**-----

-----Relativamente ao assunto em epígrafe, foi presente uma proposta, aprovada em reunião da Câmara Municipal, realizada no dia 25/11/2020, submetendo para aprovação o relatório de análise das propostas para substituição de dívida no valor de 9.326.250,00€, cujo procedimento teve por base o disposto no nº 3, do art.º 51º, da Lei nº 73/2013, de 3 de setembro, aprovado em reunião de Executivo no dia 04-11-2020, documento cuja cópia se anexa a esta ata (4), considerando-se integralmente reproduzido e que fica arquivado em pasta respeitante a esta reunião. -----

-----Sobre este assunto, o Senhor **Presidente da Câmara** esclareceu que, a única finalidade deste processo é acautelar os interesses do

Município, com o objetivo de obter taxas de juros mais reduzidas, sem aumento de dívida para o Município. Atendendo a que o pagamento de juros era uma autêntica usura, com esta renegociação, e face às propostas apresentadas, a situação do Município, tanto em termos de juros, como de encargos mensais, acaba por evoluir de maneira benéfica. Esta folga será um contributo, na possibilidade de um maior investimento em prol dos munícipes. -----

-----Prosseguiu dizendo que, estas propostas de empréstimos foram apresentadas a várias entidades bancárias, nomeadamente o Millennium BCP, a Caixa de Crédito Agrícola Mútuo, o Banco BPI, a Caixa Geral de Depósitos e o Santander Totta. De referir, que o Millennium BCP informou que não iria apresentar proposta a este procedimento, enquanto o Banco Santander Totta, não deu resposta ao convite. Após análise das propostas apresentadas, verificaram que as mais favoráveis eram a do Banco BPI, com um *Spread* de 0,76%, que abrange um montante de dois milhões de euros e a proposta da Caixa de Crédito Agrícola, com um *Spread* de 1,71%, que incluiu um montante bem superior, cerca de sete milhões de euros. Em resultado deste processo haverá uma poupança, em média, de 40% dos juros que anteriormente estavam a pagar. -----

-----De seguida, o Senhor **Presidente da Câmara Municipal** passou a palavra ao Técnico, José Tavares, para fazer uma apresentação mais concisa. -----

-----O Técnico elucidou que a contratação de novos empréstimos visa substituir os financiamentos obtidos no âmbito do Saneamento Financeiro, não existindo nenhum encargo para o Município. Após aprovação da Assembleia Municipal da contratação dos empréstimos, o Tribunal de Contas terá, ainda, de dar o visto.-----

-----**Submetido a votação, a Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com vinte e oito votos a favor e duas abstenções, aprovar a contratação dos empréstimos às respetivas entidades bancárias.** -----

-----*A presente deliberação foi aprovada em minuta por unanimidade.* -----

-----**7. ORÇAMENTO E GOP'S 2021**-----

-----Relativamente ao assunto em epígrafe, foi posto a discussão para efeitos da alínea a), do n.º 1, do art.º 25.º, da Lei n.º 75/2013, de 12/9, o Orçamento e GOP's para o ano de 2021, documento cuja cópia se anexa a esta ata (5), considerando-se integralmente reproduzido e que fica arquivado em pasta respeitante a esta reunião. -----

-----A Senhora Presidente da Mesa da Assembleia deu a palavra ao Senhor **Presidente da Câmara Municipal** que, relativamente ao assunto em epígrafe, elucidou que este orçamento reflete todo o processo de orientação da Câmara para o ano dois mil e vinte e um. O mesmo é baseado em três pontos essenciais, um deles são as obras programadas para o próximo ano, especificamente as Casas do Castelo e as Piscinas Municipais que já foram adjudicadas, sendo que para as piscinas esperam a aprovação de uma candidatura da eficiência energética; o Canil Intermunicipal, conjuntamente com o Município de Gouveia; o pavimento de acesso ao terreno da Clínica de Hemodiálise; a escola Sacadura Cabral e a requalificação do Largo da Corredoura, que aguarda um parecer da CCDRC. Um outro ponto é o problema da pandemia do COVID19, que para além do apoio da verba fixa de cem mil euros, haverá, com certeza, um maior gasto dependendo da evolução epidemiológica. Adiantou ainda, a este propósito que, no âmbito da pandemia, o Município teve uma despesa de cerca de duzentos mil euros com os apoios e isenções atribuídas aos munícipes, ao comércio e às instituições, para além da aquisição de EPI's – Equipamento de Proteção Individual. O terceiro ponto

a salientar é no âmbito das transferências de competências e diversas ajudas para as Freguesias, em que lhes é atribuído um montante de cem mil euros e uma verba no mesmo montante para pequenas obras.-----

-----Prosseguiu comunicando que, o Município tem, ainda, como objetivo reparar a estrada N16, que liga Celorico da Beira a Fornos de Algodres. Assim como, os investimentos no Parque Industrial A25, que a partir do mês de janeiro serão uma realidade. Destacou ainda, que algumas escolas também já foram intervencionadas, como a Escola de Santa Luzia e São Pedro e outras que o irão ser, como a Escola da Lageosa do Mondego. Também, do mesmo modo que fizeram obras na Casa Mortuária de Maçal do Chão, brevemente iniciarão as obras na Casa Mortuária do Minhocal. ----

-----Continuou dizendo que sendo o próximo ano, um ano eleitoral, poderão chamar este orçamento de eleitoralista, contudo, as obras não foram executadas antes, dado a falta de capacidade financeira do Município para as concretizar, uma vez que não tinham acesso ao crédito e as que se têm feito, tem sido com verbas próprias da Autarquia. -----

-----De seguida deu conhecimento que no primeiro trimestre, do ano dois mil e vinte e um, o Município irá sair do excesso de endividamento, o que dará uma maior capacidade financeira para executarem certas intervenções, uma vez que, existem obras que apesar de serem financiadas, não o são a cem por cento, tendo a Câmara de pagar uma percentagem. -----

-----Concluiu que, este documento estará sempre sujeito a alterações em função das suas necessidades, atendendo às circunstâncias incontáveis, tal como aconteceu com esta pandemia.-----

-----De seguida, passou a palavra ao Técnico, José Tavares, para fazer uma apresentação mais técnica deste documento e prestar alguns esclarecimentos necessários. -----

-----O Técnico, sucintamente, começou por dizer que tendo em vista a satisfação das necessidades do Concelho de Celorico da Beira, torna-se

imperativa uma previsão anual das despesas a efetuar e das receitas a arrecadar pelo Município de acordo com os princípios legais vigentes. É da responsabilidade da Câmara Municipal, através do seu Órgão Executivo, a elaboração de documentos previsionais (Orçamento, Grandes Opções do Plano e Mapa de Pessoal) assentes no princípio da autonomia financeira e administrativa dos Municípios, devendo estes ser aprovados pelo Executivo e submetidos à Assembleia Municipal para votação conforme o disposto no n.º 1, do art.º da 45º, do RFALE - Regime Financeiro da Autarquias Locais e das Entidades Intermunicipais. -----

-----O Orçamento é um documento contabilístico que deverá definir as estratégias de desenvolvimento do Concelho no médio prazo, estando refletidos no mesmo todos os encargos previstos, da mesma forma, as receitas para cobrir essas mesmas despesas de acordo com os princípios de equilíbrio orçamental previstos no POCAL – Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais, no RFALEI, bem como, pela primeira vez, no SNC-AP - Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas, que entrou em vigor no dia um de janeiro do corrente ano e que vem trazer várias alterações ao nível contabilístico. O n.º1 do art.º 46.º do RFALEI define quais os elementos que deverão constituir o Orçamento Municipal, nomeadamente o relatório que se apresenta, um mapa resumo de receitas e despesa, um mapa desagregado de receitas e despesa, um normativo de medidas de execução orçamental e proposta das Grandes Opções do Plano (GOP´s). Estão refletidas nas GOP´s todas as despesas do Município, ou seja, todas as rubricas orçamentais genéricas estão previstas nas GOP´s, para além dos projetos específicos que normalmente as compõem. -----

-----Prosseguiu esclarecendo que, nas alterações que foram introduzidas na elaboração do Orçamento, destaca-se que o Orçamento é plurianual, um cenário que já estava previsto na Lei das Finanças Locais, no entanto, carecia de alguma regulamentação própria, devido a algumas indefinições que foram entretanto alteradas e retificadas e foram, também,

recomeçadas pela introdução do SNC-AP. O orçamento plurianual contém a previsão de todas as receitas e despesas esperadas nos próximos cinco anos, sendo os valores para o ano de dois mil e vinte e um vinculativos e os dos restantes anos, meramente indicativos devendo os mesmos ser atualizados anualmente. Os valores para o ano de dois mil e vinte e cinco contêm, para além dos montantes desse mesmo ano, os montantes comprometidos para os anos seguintes. -----

-----Outra alteração que também foi introduzida este ano no orçamento, foi a inclusão de um normativo para a execução orçamental do ano. É uma situação que também já está prevista no regime financeiro das Autarquias locais. Basicamente é um conjunto de regras que antigamente estavam dispersas em diversas legislações ou nas normas de controlo interno das diversas entidades e que agora têm que estar resumidas num único documento que é revisto anualmente e que, a partir de agora, serão aprovadas em conjunto com o orçamento.-----

-----A situação financeira do Município de Celorico da Beira ao longo de vários anos obrigou a que o Município recorresse aos mecanismos de recuperação financeira previstos na Lei, nomeadamente o saneamento financeiro. A Assembleia Municipal aprovou a catorze de setembro de dois mil e dezassete um plano de saneamento financeiro no valor de 11.592.670,82€, que visava liquidar dívida em atraso através da contratação de empréstimos, e que estabelecia os limites orçamentais do Município para um período de catorze anos. Os empréstimos em causa receberam visto do Tribunal de Contas em junho de dois mil e dezoito, tendo os montantes sido utilizados e a dívida paga nesse mesmo ano. Atualmente os valores presentes nos mapas do plano de saneamento encontram-se desfasados da realidade, devido a alterações de diversos pressupostos como por exemplo atualizações salariais, pelo que os valores presentes no plano deverão ser alvo de atualização logo que possível. Assim, os limites presentes no plano de saneamento não foram tidos em consideração na elaboração deste orçamento. No orçamento para dois mil

e vinte e um, foram previstas algumas dívidas antigas ainda pendentes que não puderam ser pagas através do saneamento financeiro. Dentro das dívidas por liquidar deve-se salientar a dívida à empresa “Águas do Vale do Tejo S.A.”, dívidas, essas, essencialmente relativas ao ano de dois mil e dezassete e que não puderam ser incluídas no saneamento financeiro, mas que foram alvo de negociação com a empresa e com o Ministério do Ambiente, tendo sido assinado um acordo de regularização de dívida a vinte e cinco anos, sendo que os respetivos valores em dívida deverão ser diferidos pelo período de acordo. Esta dívida apesar de refletida na sua totalidade nos balanços, apenas deverá ter impacto orçamental no valor a pagar em cada ano. -----

-----Disse ainda que, os valores apresentados no orçamento refletem, essencialmente, a execução que se espera, entre dois mil e vinte e um e dois mil e vinte e cinco, tendo como objetivo a execução de pelo menos 85% da receita e da despesa em dois mil e vinte e um. -----

-----Relativamente às receitas para o ano de dois mil e vinte um, as mesmas, foram calculadas de acordo com a média dos últimos vinte e quatro meses. As receitas para o ano de dois mil e vinte e dois, até dois mil e vinte e cinco foram estimadas tendo por base os valores de dois mil e vinte e um aplicando uma taxa de inflação anual, ou seja, os mesmos 0,7% que estão vertidos no Relatório do Orçamento de Estado para dois mil e vinte e um, com exceção das receitas provenientes de projetos cofinanciados cujas receitas estão dependentes das execuções anuais previstas para cada projeto. Foram igualmente acertadas as rubricas relativas a receitas provenientes do Orçamento de Estado para dois mil e vinte e cinco, de modo a cobrir as despesas plurianuais de dois mil e vinte e cinco que, também incluem valores de anos posteriores. Da mesma forma, para os anos seguintes, os valores dos fundos estatais foram atualizados anualmente à taxa de 0,7%, e também foi calculada a receita com base nos investimentos que estão previstos, nomeadamente as obras cujos financiamentos comunitários terão de ser retidos na receita. -----

-----Mais disse que, em dois mil e vinte e um dever-se-á também realizar uma revisão orçamental para transitar o saldo orçamental de dois mil e vinte, que constituirá uma eventual receita adicional, mas que só poderá ser tida em consideração após o encerramento das contas de dois mil e vinte. Neste caso, resultou num orçamento por volta de treze milhões e novecentos mil euros, um orçamento superior em cerca de três milhões de euros relativamente ao Orçamento inicial aprovado em dois mil e vinte. Esta transição do saldo de dois mil e vinte, para dois mil e vinte e um permitirá reforçar algumas rubricas de despesa. -----

-----Os fundos comunitários a receber foram calculados de acordo com as participações a receber das candidaturas que se prevê que sejam executadas entre dois mil e vinte um e dois mil e vinte e cinco. Aquando da análise da despesa serão discriminados os valores mais relevantes de receita por projeto. -----

-----No que concerne às despesas correntes, as relativas a bens e serviços foram calculadas tendo em conta a média da despesa dos últimos doze meses, à exceção do que está definido no Mapa de Pessoal, visto que as despesas de pessoal foram calculadas de acordo com os lugares que atualmente ocupam. Também de referir que, no Orçamento a parte que é relativa aos investimentos foi elaborada de acordo com as informações fornecidas pelo Executivo e pelas diversas secções. Os valores de despesas correntes para os anos seguintes foram também atualizados à taxa de 0,7% ao ano, com os devidos ajustes a compromissos plurianuais resultantes de contratos protocolos e acordos. ---

-----De seguida disse que tendo em conta a conjuntura económica atual que deriva essencialmente da situação de pandemia de COVID-19, é cada vez mais relevante a atenção que se deverá dar aos munícipes em situação económica precária. Para tal, foi previsto no orçamento para dois mil e vinte um, um montante de cem mil euros de transferências correntes para apoios a atribuir a empresas e famílias no âmbito do combate aos prejuízos causados pela pandemia. Mediante as informações obtidas,

essencialmente através do Gabinete de Ação Social, deverão ser analisadas as medidas necessárias para auxiliar os munícipes em dificuldades, pelo que no decorrer de dois mil e vinte e um deverão ser criados programas que utilizem esta verba de forma eficiente, podendo a mesma ser reajustada consoante as situações detetadas. O apoio aos munícipes poderá também passar por apoio habitacional através da requalificação de habitações degradadas, ou através de auxílio na aquisição de novas habitações, sendo de destacar neste âmbito o programa de apoio ao acesso à habitação “1.º Direito”. -----

-----Referiu que um outro aspeto importante do Orçamento diz respeito ao investimento calculado, posto que as obras que nele estão previstas refletem o que foi indicado pela Presidência, bem como pelas diversas secções do Município, nomeadamente a secção de Obras Municipais. Assim, está previsto um financiamento em cerca de três milhões e setecentos mil euros para obras, sendo que, uma grande parte desse valor é referente à área da educação, destacando-se a requalificação da Escola EB 2/3 Sacadura Cabral. Estão também previstos para dois mil e vinte e um e dois mil e vinte e dois, investimentos na Escola EB1 da Lajeosa do Mondego e no Jardim de Infância de St.ª Luzia. Em dois mil e vinte e um decorrerão os trabalhos relativos ao edifício de acesso ao Castelo de Celorico da Beira, cuja adjudicação ocorreu em dois mil e vinte, como estão previstas requalificações no Largo da Corredoura e no Parque Industrial da A25. Está igualmente previsto para dois mil e vinte e um, o investimento na eficiência energética nas Piscinas Municipais. Tendo em conta uma parceria entre o Município de Celorico da Beira e o Município de Gouveia, está igualmente previsto para dois mil e vinte e um, um investimento num canil a construir no Concelho de Celorico da Beira. No Orçamento estão também incluídos investimentos para as Freguesias, sendo um montante de cem mil euros para pequenas obras, a definir nas diversas Freguesias e outros cem mil euros a atribuir no âmbito das transferências de competências. -----

-----Para concluir e de uma maneira geral, estes são os aspetos essenciais que compõem o Orçamento, o qual cumpre com todos os princípios de equilíbrio orçamentais que estão previstos na Lei. De relembrar também que, o Orçamento não é um documento estático, dado que os valores referenciados poderão ser alterados no decorrer da Execução do Orçamento para dois mil e vinte e um, até porque, existe uma grande incógnita na existência de apoio financeiro no âmbito da pandemia. Face aos anos anteriores, este ano devido à Pandemia, algumas rubricas de despesas foram reforçadas tendo em conta as despesas com EPI's – Equipamentos de Proteção Individual. Além dos cem mil euros referenciados, existe também um conjunto de despesas que estão previstas no Orçamento, no entanto poderão ser alvo de reajustamento consoante a evolução da pandemia. É também de considerar que, no decorrer do próximo ano vai-se carregar no saldo de gerência.-----

-----Questionados os Senhores Deputados sobre a pretensão de intervir, foi dada a palavra ao Senhor **Deputado Albino Bárbara** que manifestou algum agrado nas palavras do Senhor Presidente da Câmara, no entanto, sendo este o último orçamento antes das eleições autárquicas é manifestamente eleitoralista.-----

-----Relativamente à reparação da EN16, disse que tanto que reclamaram e, afinal, vai ser reparada com capitais municipais.-----

-----De seguida, questionou quais as Juntas de Freguesia que teriam sido auscultadas, porquanto, consideram ser de extrema importância a opinião dos Presidentes das Juntas de Freguesia na elaboração do orçamento.-----

-----Por fim, disse que face à análise feita pela bancada do PS verifica-se que este é um orçamento de continuidade, mas com valor acrescentado. Contudo, quando em dois mil e vinte e um o PS voltar a ser poder neste Concelho, terá de analisar a dívida. Concluiu, dizendo que o Partido Socialista, com este orçamento fariam mais e melhor. -----

-----Na sequência da anterior intervenção, o Senhor **Deputado Joaquim Abreu** pediu a palavra para dizer que seria de esperar que, relativamente a este ponto, o Senhor Deputado Albino Bárbara proferisse que este seria um orçamento eleitoralista, uma vez que o Senhor Presidente da Câmara referiu esse vocábulo. -----

-----Continuou dizendo que, neste orçamento consta uma verba de cerca de três milhões e quinhentos mil euros para investimentos cofinanciados, o que é importante para Celorico da Beira. Constata-se, também, pelo segundo ano consecutivo, que vai haver um aumento na transferência de verbas para as Freguesias. A renegociação da dívida confere um estatuto financeiro que indica que o Município está em recuperação e que permite uma saída do Saneamento Financeiro mais rápida. Só desse modo, é possível baixar impostos, contratar pessoal e investir no desenvolvimento.--

-----Sublinhou que, não podem esquecer o cumprimento orçamental que lhes foi imposto e considera a rubrica sobre o COVID-19 uma boa iniciativa. -----

-----De seguida, salientou que este orçamento reflete uma aposta inequívoca na educação, no que respeita a requalificação das escolas que tem sido importante e as obras que irão decorrer na Escola C+S Sacadura Cabral são uma mais-valia para o Concelho. -----

-----A nível do turismo referenciou as obras que irão realizar nas Casas de acesso ao Castelo, onde irá nascer um espaço museológico, dinamizando o centro histórico de Celorico da Beira. -----

-----Referiu ainda as obras nas Piscinas Municipais, bem como o Parque Industrial A25 como sendo boas apostas, mas em tempos de crise, em que o Município de Celorico da Beira ainda está a pagar dívida, tem de reconhecer-se que o Executivo tem trabalhado. Na sua opinião, se a dívida do Saneamento Financeiro não fosse paga, de certeza, que a EN16 teria sido requalificada e a ETAR do Minhocal teria sido realizada. -----

-----Pedindo a palavra, o Senhor **Presidente da Junta de Freguesia do Baraçal**, Armando Augusto, congratulou as obras nas Piscinas Municipais, no entanto, questionou se a verba utilizada nessa obra, foi retirada à verba das Freguesias. Na sua opinião, as Piscinas Municipais não são uma prioridade, uma vez que existem Piscinas nas Freguesias da Lageosa do Mondego e do Maçal do Chão, considerando, assim, que duas piscinas no Concelho são o suficiente. Contudo, rio só existe um e, na verdade, também precisa de ser requalificado, dado que é uma mais-valia para o Concelho. -----

-----Quanto ao espaço museológico que irá nascer nas Casas de acesso ao Castelo referiu que, não vê essa obra como uma necessidade, visto que já existe um museu em Celorico da Beira, o Museu do Agricultor. -----

-----Continuou dizendo que referiu as termas de Sto. António, porque no tempo em que o Dr. Júlio Santos foi Presidente deste Município, tinha a ideia de naquele espaço fazer nascer umas termas municipais. -----

-----Por fim, disse que a Junta de Freguesia do Baraçal enviou uma carta ao Município, via *email*, na expectativa de que fosse alcatroado o caminho da Cortegada que dá acesso ao rio. Disse ainda que, a Junta de Freguesia propõe-se a disponibilizar dez mil euros para essa obra. Face ao exposto, questionou o Senhor Presidente da Câmara, no sentido de saber se esse pedido será viável. -----

-----Desvinculando-se da posição de Presidente da Assembleia Municipal e tendo intervindo como Deputada, a Senhora **Presidente da Mesa da Assembleia** apresentou a sua indignação perante a intervenção do Líder de Bancada do PS, na pessoa do Senhor Deputado Albino Bárbara, quando se refere ao orçamento para o ano de dois mil e vinte e um, nomeadamente, quando o Senhor Deputado diz que este orçamento o deixou perplexo e nesse sentido, gostaria de saber em quê. Afinal, todos os orçamentos são de continuidade, mas o discurso da oposição em

relação à votação, também é de continuidade. A este propósito gostaria de saber, em que é que o PS faria mais e melhor.-----

-----Concluiu que, na sua opinião, a oposição jamais conseguiria ter a conjuntura deste orçamento, atendendo a que nunca teria estes resultados e conseqüentemente, nunca poderia fazer mais e melhor.-----

-----Retomando a palavra, o Senhor **Presidente da Câmara Municipal** agradeceu a isenção e a legitimidade da intervenção da Senhora Presidente da Assembleia.-----

-----Relativamente à intervenção do Senhor Presidente da Junta do Baraçal, quando diz que a obra das piscinas seria desnecessária, a verdade é que os utentes, não têm no Concelho nenhuma piscina coberta e, dessa forma, na sua opinião as Piscinas Municipais são um espaço estruturante para o Concelho. Porém, e atendendo a que as piscinas existentes no Concelho não são cobertas, têm apenas, uma utilização de dois a três meses na época de verão.-----

-----Quanto à requalificação do rio, essa é uma questão pertinente atendendo à necessidade do rio precisar de ser intervencionado. No entanto, existe por parte do Município, a pretensão de intervir em várias zonas desse curso de água.-----

-----Sobre o museu nas Casas do Castelo justificou a sua necessidade, pela existência de muito espólio romano, que infelizmente anda espalhado e esquecido, que no entanto já devia ter um espaço com dignidade. Deste modo, contribui-se para fomentar o turismo no Concelho.-----

-----No que concerne ao alcatroamento da estrada, disse que em tempos existiram candidaturas exclusivamente para a aplicação de alcatrão, neste momento não existe financiamento para esse fim. Porém, vai haver uma intervenção de alcatrão numa estrada da Cortegada, que já está projetada. Quanto ao caminho que dá acesso ao rio, de momento, a Câmara não tem capacidade financeira para o alcatroar, ademais, nesse caso, também tem de ser analisado o enquadramento no que concerne a natureza.-----

-----Relativamente à intervenção do Senhor Deputado Albino Bárbara, as pessoas votam tendo em conta a vertente política, ou não. Esclareceu que não apelidou o orçamento de eleitoralista, no entanto, se bem entenderem, poderão denominá-lo como tal. -----

-----Adiantou que, numa reunião, realizada na Guarda, com a presença da Senhora Diretora da CCDRC, Isabel Damasceno, a própria lhe disse que poderiam executar obra, no entanto, o Município não pode contrair empréstimos, uma vez que ainda está a pagar dívida num valor mensal de mais de cem mil euros. Como é do conhecimento geral, quando o atual Executivo tomou posse encontrou como herança uma dívida, a qual está a pagar, logo, o Executivo sucessor encontrará uma situação financeira muito melhor.-----

-----Pedindo para intervir, o Senhor **Deputado Albino Bárbara** salientou o facto de este orçamento ditar mais três milhões de euros, o que dá para realizar uma série de obras que não foram conseguidas. Contudo, se herdaram dívida têm de a pagar, pois tanto herdaram os ativos como os passivos. -----

-----Continuou a sua intervenção, dirigindo-se à Senhora Presidente da Assembleia Municipal, esclarecendo que se o PS estivesse no poder faria mais e melhor a nível de estratégia, de um plano de desenvolvimento cultural, desportivo, de saúde, de património, de desenvolvimento das Freguesias, bem como a nível de impostos. Assim sendo, apelou ao voto contra, relativamente, ao orçamento apresentado, dado que na sua opinião é o pior orçamento para o Concelho. Por fim, disse que o seu conceito de desenvolvimento para o Concelho é substancialmente diferente e aí o PS, como já referiu, poderia fazer mais e melhor. -----

-----Face à anterior intervenção, o Senhor **Presidente da Câmara Municipal** salientou que o atual Executivo está no poder, apenas, há três anos, já o anterior Executivo esteve no poder durante doze anos. Todavia,

a instalação da fibra ótica passou-lhe ao lado, assim como o saneamento básico e, em vez de optar pela liquidez da dívida, fez estátuas e rotundas. --

-----**Submetido a votação, a Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com dezassete votos a favor, cinco abstenções e onze votos contra, aprovar o Orçamento e as Grandes Opções do Plano para o ano de 2021.**-----

-----*A presente deliberação foi aprovada em minuta por unanimidade.*-----

-----**8. MAPA DE PESSOAL PARA 2021**-----

-----Relativamente ao assunto em epígrafe, foi posto a discussão para efeitos da alínea a), do n.º 1, do art.º 25.º, da Lei n.º 75/2013, de 12/9, o Mapa de Pessoal para o ano de 2021, documento cuja cópia se anexa a esta ata (6), considerando-se integralmente reproduzido e que fica arquivado em pasta respeitante a esta reunião.-----

-----A Senhora Presidente da Mesa da Assembleia deu a palavra ao Senhor **Presidente da Câmara Municipal** que, sobre o assunto em epígrafe, clarificou que a criação de seis postos de trabalho tem como objetivo assegurar mobilidades internas, tendo em conta a linha de atuação com todos os trabalhadores. Relativamente à existência dos postos de trabalho por ocupar elucidou que os mesmos têm origem nas aposentações, nomeadamente de Assistentes Operacionais. Comunicou, ainda, que há falta de trabalhadores na referida categoria, daí o Executivo pretender manter estes lugares abertos.-----

-----**Submetido a votação, a Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com dezanove votos a favor e catorze abstenções, aprovar o Mapa de Pessoal para o ano de 2021;**-----

-----Mais deliberou, por maioria, com dezanove votos a favor e catorze abstenções, criar seis postos de trabalho no Mapa de Pessoal para 2021, nomeadamente quatro na categoria de Assistente Técnico, um na categoria de Técnico Superior e um na categoria de Encarregado Operacional; -----

-----Deliberou ainda, por maioria, com vinte votos a favor e treze abstenções, aprovar a manutenção dos postos de trabalho na categoria de Assistente Operacional, que se encontram por ocupar. ----

-----A presente deliberação foi aprovada em minuta por unanimidade. -----

-----**9. RELATÓRIO DO AUDITOR EXTERNO (CONHECIMENTO)**-----

-----Foi presente para conhecimento o Relatório do Auditor Externo relativo ao primeiro semestre de dois mil e vinte, documento cuja cópia se anexa a esta ata (7), considerando-se integralmente reproduzido e que fica arquivado em pasta respeitante a esta reunião. -----

-----**A Assembleia Municipal tomou conhecimento.**-----

-----**10. PROPOSTA DE PARECER SOBRE A TRANSFERÊNCIA DE COMPETÊNCIAS PARA OS ÓRGÃOS MUNICIPAIS NO ANO DE 2021, RELATIVO AO DECRETO-LEI Nº 21/2019, DE 30 DE JANEIRO, QUE REGULA O DOMÍNIO DA EDUCAÇÃO**-----

-----Foi presente proposta do Senhor Presidente da Câmara, referindo que, considerando que a Lei nº 50/2018, de 16 de agosto, vincula, no art.º 4.º, a Câmara Municipal a emitir um parecer sobre a concretização de transferência de competências para o ano de 2020; -----

-----Considerando que, é condição que este parecer seja posteriormente deliberado em Assembleia Municipal antes de ser comunicada a posição da autarquia à DGAL,-----

-----Tendo em consideração estes factos, o Executivo propõe que a Autarquia delibere:-----

-----Não aceitação das competências no ano de 2021 previstas no Decreto-Lei n.º 21/2019, de 30 de janeiro, documento cuja cópia se anexa a esta ata (**8**), considerando-se integralmente reproduzido e que fica arquivado em pasta respeitante a esta reunião.-----

-----A Senhora Presidente da Mesa da Assembleia deu a palavra ao Senhor **Presidente da Câmara Municipal** que, relativamente ao assunto informou que a obrigatoriedade de aceitação desta competência, por parte do Município, passou para o ano de dois mil e vinte e dois. Considerando que as dúvidas relativamente aos recursos envolvidos e às verbas que serão transferidas para o Município se mantêm, o Executivo optou pela não aceitação das competências, no âmbito da Educação, para o Município.-----

-----**Submetida a votação, a Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com vinte e dois votos a favor e dez abstenções, aprovar a não aceitação das competências no ano de 2021 previstas no Decreto-Lei n.º 21/2019, de 30 de janeiro, fundamentada no facto de não estarem reunidas as condições necessárias para acomodar as implicações financeiras, humanas e organizacionais que resultarão deste processo.**-----

-----*A presente deliberação foi aprovada em minuta por unanimidade.*-----

-----Por último, a Senhora **Presidente da Mesa da Assembleia** desejou a todos os presentes votos de Boas Festas com muita saúde e um Feliz Ano Novo.-----

-----Solicitando a palavra, o Senhor **Presidente da Câmara Municipal** desejou Festas Felizes a todos os presentes e suas famílias.-----

-----De seguida, comunicou que, numa reunião da Comissão Distrital de Proteção Civil, foi referida uma evolução positiva no âmbito da pandemia. Acrescentou que, foi também abordado o assunto das fogueiras de natal, onde decidiram seguir uma linha de atuação, no sentido do Município não autorizar esse tipo de atividade, atendendo a que a Lei só permite o ajuntamento de seis pessoas, tal como a circulação de pessoas até às duas da manhã. -----

-----Finalizada a ordem de trabalhos e nada mais havendo a tratar, a sessão foi dada por encerrada pela Senhora Presidente da Mesa da Assembleia, eram vinte e três horas e vinte e cinco minutos, da qual se lavrou a presente ata que vai ser assinada pelos membros da Mesa da Assembleia.